

Da antiga à nova Filologia: práticas de edição de textos modernos

1. A antiga e a nova Filologia

A filologia textual tem como objecto material de estudo o texto, disponibilizando-o tanto para o leitor comum como para o especialista. Através do trabalho de resgate da obra e da recuperação do texto, o filólogo contribui para a compreensão do período em que este foi lavrado e, por conseguinte, para desvendar alguns aspectos da história sociopolítica, cultural, literária e linguística de uma sociedade. Assim, o dever do filólogo é, pois, antes de mais, o de preservar o património cultural, ‘lato senso’, de uma determinada sociedade e o seu trabalho só faz sentido se for colocado à disposição dessa mesma e de outras comunidades. Esta vertente é, desde sempre, a vertente básica da Filologia, uma das suas formas mais antigas, a mais clássica e, para muitos, a mais autêntica.

Ao longo do tempo, a filologia textual estabeleceu uma oposição entre os textos da Antiguidade clássica e do período medieval, por um lado, e os textos do período moderno, por outro, com base nas diferenças fundamentais em relação aos problemas colocados por uns e por outros. No primeiro caso, o dos textos clássicos e medievais, a ausência de fontes originais e a escassez de informação conduziram, primeiro, à tentativa de reconstituição do texto original, livre dos erros introduzidos pela transmissão, com o ‘método lachmaniano’, aplicado pela primeira vez por Gaston Paris, na edição da *Vie de Saint Alexis*, em 1872. Mais tarde, propôs-se a procura do melhor testemunho, com o ‘método bédierista’, proposto por Bédier em 1928. No segundo caso, o dos textos do período moderno, o acesso a uma multiplicidade de fontes originais (impressos, manuscritos de autor, provas tipográficas, etc.) e o excesso de informação configuram um quadro totalmente diferente, em que o papel do editor passa, em grande parte, pela redução das variantes textuais com vista à fixação de uma versão autorizada.

É, pois, neste novo contexto que se move o editor de textos modernos; e tal seria mais do que suficiente para se falar de uma nova Filologia, com um novo objecto, com novas características; mas, na verdade, outros aspectos da actividade filológica da edição, além do objecto, mudaram também, trazendo consigo novas práticas e novas teorias. Referimo-nos ao impacto que, progressivamente, a partir dos anos oitenta do século XX, os meios informáticos têm vindo a ter sobre a actividade filológica da

edição, particularmente da edição de textos modernos. A constituição, ampliação e manutenção de ‘corpora’, que vieram tornar possível a edição electrónica, o tratamento automático dos textos e, ainda, o rastreio de dados destinados ao seu estudo, constituíram, sem dúvida, uma revolução, inimaginável alguns anos antes, ainda que a diferentes velocidades para as várias línguas. Para o alemão, por exemplo, o projecto TITUS: *Thesaurus of Indo-Germanic Texts and Speeches*, assinalou em 2012 os seus 25 anos, o que equivale a dizer que, na Alemanha, os primeiros projectos surgiram muito cedo, na vanguarda da aplicação de meios informáticos à edição e divulgação de textos. Para outras línguas, como o português, só muito recentemente têm vindo a aparecer projectos de maior dimensão e alcance, como a BN ‘on line’ ou os projectos coordenados por Rita Marquilhas, no domínio dos textos epistolares, entre vários outros.

De qualquer forma, no início do séc. XXI, as humanidades digitais são um facto incontornável, mesmo nos países menos avançados nestas matérias, pelo que representam em termos de potencialidades de divulgação da memória textual das sociedades e de facilitação da própria prática da edição. Como defendemos recentemente (Banza 2013), partindo da afirmação de Borges et alii (2012, 39) de que «o uso de meios electrónicos e da informática fez questionar o modo de fazer e as teorias da edição», é um facto que o modo de fazer foi substancialmente alterado, não apenas pela alteração do suporte propriamente dito, mas sobretudo pelo facto de as novas edições digitais terem vindo permitir o acesso fácil aos textos e, no caso dos textos modernos, a todos os materiais relacionados disponíveis, permitindo, não apenas visualizá-los, mas também estabelecer relações entre eles. A entrada em cena das novas tecnologias teve, pois, uma grande influência nas práticas de edição : a edição facsimilada tal como a conhecíamos, com reprodução do original por meios mecânicos, foi substituída, com enormes vantagens, quer na acessibilidade, quer na legibilidade, pelo modo imagem das modernas edições digitais; e, por outro lado, foram resolvidos os problemas levantados, nas edições de textos modernos, pelo grande número de materiais disponíveis, que se tornaram acessíveis ao leitor de forma, não apenas prática, mas interactiva. Por outro lado, e como consequência destas alterações, alteraram-se também inequivocamente as teorias da edição, nomeadamente no que ao papel do leitor diz respeito, mais dinâmico e participativo, por via do carácter interactivo das novas edições.

No entanto, na nova, como na antiga, Filologia, cada texto continua a ser único e especial - produto de um indivíduo, de uma situação e de um momento histórico-cultural únicos - colocando, a par de novas questões levantadas pela interacção entre as Humanidades e o digital-tecnológico, as velhas questões de sempre na tentativa de definir as boas práticas de edição. Por essa razão, o papel do editor, ao contrário do do leitor, não se alterou, na verdade, substancialmente nas novas edições, acompanhadas de imagem digital. No processo de edição, o filólogo continua a confrontar-se, na ausência do texto original, com uma imagem, agora uma boa imagem digital, desse original, produto de outro tempo, logo, de outra cultura, de outra ‘scripta’, de outra língua, sendo o papel do editor o de trazer para um outro tempo e um outro espaço,

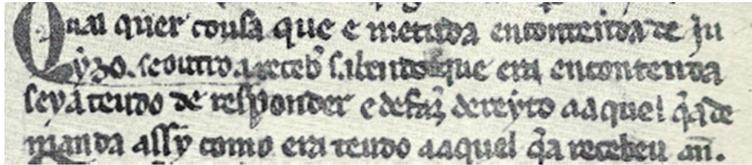
não uma, mas três realidades diferentes: o texto como produto cultural de uma época, o texto como produto de um sistema de escrita e, indirectamente, o texto como produto de um sistema linguístico; tarefa que é tanto mais exigente quanto mais afastado o texto está do tempo do editor.

A nossa própria experiência editorial tem passado pela edição de textos portugueses de diferentes épocas com original acessível, desde documentos notariais do séc. XIII até textos literários do séc. XVII e textos de natureza metalinguística dos sécs. XVI-XIX, em formato papel e, mais recentemente, em formato digital. Desta experiência editorial com diferentes tipos de textos, de diferentes épocas e em diferentes suportes, tem sido possível extrair algumas reflexões que consideramos importantes e que o presente texto pretende partilhar e discutir.

2. Os textos medievais

É um facto que os textos medievais colocam todo um conjunto de problemas específicos que desaparecem ou, pelo menos, surgem mitigados em textos mais tardios. Emiliano, um dos autores portugueses que mais tem reflectido sobre a questão da edição de textos medievais alerta para o facto de, nestes textos, estarmos, na verdade, não perante uma ‘transcrição’, entendida como reprodução do conjunto de caracteres presente no texto, mas sim perante uma ‘transliteração’, entendida como a substituição de um conjunto de caracteres por outro. Como bem faz notar o autor, «as escritas medievais, apesar de baseadas no alfabeto romano, obedecem a princípios diferentes dos das ortografias modernas: utilizam um conjunto de caracteres distinto do conjunto de caracteres em que se baseia a generalidade das ortografias europeias modernas, e não obedecem ao simples princípio alfabético no caso dos sinais braquigráficos. O problema do braquigrafismo medieval é sem dúvida um dos mais complexos na transcrição de textos medievais, mas não é, certamente, o único. Muitos paleógrafos/filólogos medievalistas não parecem dar-se conta de que ao transcrever textos medievais estão na realidade a transliterar, i.e. estão a substituir o conjunto de caracteres do manuscrito por outro, e a substituir as convenções escriturais que governavam a utilização desse conjunto de caracteres por outras convenções. De tal forma, que a introdução de espaços entre palavras, a ‘regularização’ da capitalização, a introdução de pontuação moderna, a expansão de abreviaturas por sequências literais parece ser natural, inevitável, desejável, um dado adquirido das edições modernas de textos medievais» (Emiliano 2002, 5-6). Neste caso, então, aceitando-se embora que toda a edição é sempre um processo de mediação envolvendo necessariamente operações de transliteração, isto é, de substituição de um sistema semiológico por outro, considera-se que «a transcrição de um texto medieval é tanto mais fiel ao manuscrito original quanto menos operações de transliteração envolver» (ibidem). Esta posição maximamente conservadora, defendida por Emiliano, não tem, no entanto, sido a mais seguida, verificando-se que, mesmo os mais insignes editores de textos medievais, como Lindley Cintra, na edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (Cintra 1951-1961) e Azevedo Ferreira, na do *Foro Real* (Ferreira 1987), apesar

de seguirem o bom princípio filológico do respeito pelo texto, herdado de outros grandes filólogos como Jean Roudil, não se coíbem de introduzir algumas alterações, não apenas no domínio da transliteração de caracteres, mas mesmo em aspectos mais problemáticos, como, por exemplo, a introdução de pontuação numa frase bastante longa sem qualquer pontuação no manuscrito, privilegiando, assim, o texto como produto cultural e o sistema linguístico nele presente em detrimento do sistema de escrita:



Qual quer cousa que *é* metuda en contenda de juyzo, se outro a receber sabendo que era en contenda, seya teudo de responder e de fazer *er* dereyto aaquel *que* a demanda, assy como era teudo aaquel *que* a recebeu *ante*.

(*Foro Real*- A.N.T.T., M.6 de Forais Antigos nº 4 – Fol. 84v/Ferreira 1987, I, 155).

A comparação da imagem do documento com a transcrição de Azevedo Ferreira permite observar - além do desenvolvimento de abreviaturas, marcado a verde, e da introdução de acentuação, segundo o uso actual, na forma verbal 'é', marcada a vermelho, que no manuscrito não apresenta acento, não se distinguindo assim, a não ser pelo contexto, da conjunção copulativa - uma intervenção significativa na pontuação, nomeadamente marcando com uma segunda vírgula o final da oração condicional e separando igualmente com vírgula a oração comparativa, ambas subordinadas adverbiais, que funcionam como modificadores da frase.

Para Emiliano, este grau de intervenção, que facilita a leitura do texto, ainda que compreensível em filólogos mais antigos, não é hoje, pelas razões expostas, aceitável, no que se refere a textos medievais, onde, de facto, estamos perante outro sistema semiológico e onde, por esse motivo, concordamos com Emiliano em que se justifica uma particular atenção ao sistema de escrita, introduzindo o mínimo de operações de transliteração, na medida em que, neste caso, a inevitável mediação do editor corre sérios riscos de desvirtuar o sistema original, justificando-se, assim, a consideração de quatro tipos de edição para textos medievais (Emiliano 2002, 9):

- Tipo 1 — edição paleográfica com transcrição estreita em tipo medieval
- Tipo 2 — edição paleográfica com transcrição larga em tipo medieval
- Tipo 3 — edição paleográfica com transcrição larga em tipo normal
- Tipo 4 — edição interpretativa (modernizadora).

Assim, serão sempre possíveis, mesmo nos textos medievais, diferentes tipos de edição para diferentes finalidades, numa progressão de intervenção editorial que vai da edição diplomática maximamente conservadora, de tipo 1, paleográfica com transcrição estreita em tipo medieval:

1. Notícia de Fiadores de 1175

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto, maço 2, nº 10

- L1 Moti oia fecit pela gio ro meu defia dorel Stephano
pelaiz .xx¹. folidos lecton .xx¹. soldos pelai ogarcia
.xx¹. fol dof. Gū ðifal uo ððicci .xx¹. soldof
- L2 Egeaf an ri quici xxx¹⁰⁰ soldof. pt̄fo cō laco .x.
soldof. Gū ðifal uoan riqui ci xxx¹⁰⁰ f̄t̄ð Egeaf
moníci .xx¹. soldof <1> <1> Ihone suarici .xxx.ta
soldof
- L3 M̄do garcia .xx¹ soldof . pt̄fo sua ri ci .xx¹. soldof
ĒR̄ M̄. C̄C̄ xiiii¹⁰⁰ If̄tol fia dorefata<n> .U.annof que se
part ia ðeifto male q²1i avem

(Emiliano 2002, 14)

à edição interpretativa, modernizadora, ainda que, também ela, seguidora do princípio do respeito pelo texto, na medida em que, apesar de direccionada essencialmente para a facilidade de acesso ao texto por parte do leitor moderno, ainda assim, deve, nos textos medievais, ser bastante conservadora, com vista à manutenção das características linguísticas:

1. Notícia de Fiadores de 1175

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto, maço 2, nº 10

- P1 ^{L1} Noticia fecit Pelagio Romeu, de fiadores:
Stephano Pelaiz, XX¹ solidos;
Lccton, XX¹ soldos;
Pelaio Garcia, XX¹ soldos;
Gundisalu Mendici, XX¹ soldos; /
^{L2} Egeas Anriquici, XXX¹⁰⁰ta soldos;
Petro Conlaco, X soldos;
Gundisalu Anriquici, XXXX¹⁰⁰ta soldos;
Egeas Moniici, XX¹⁰⁰ta soldos;
Ihoane Suarici, XXX¹⁰⁰ta soldos; /
^{L3} Mendo Garcia, XX¹⁰⁰ta soldos;
Petro Suarici, XX¹⁰⁰ta soldos.
- P2 ERa M CC XIII¹⁰⁰ta.
- P3 Istos fiadores até V annos que se partia de isto male que li auém.

Todos estes tipos de edição, dos mais conservadores aos mais modernizadores, têm, pois, espaço na edição de textos medievais, dependendo do objectivo e público da edição em causa e do campo bibliográfico do texto. Na nossa edição dos documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III, por exemplo, apresentamos uma edição interpretativa de tipo 4 (Banza 1999), adequada para um leitor não especialista em questões filológicas ou linguísticas, ou a um linguista interessado em aspectos linguísticos para os quais o acesso à aparência gráfica original não seja fundamental, como aspectos do léxico e da sintaxe. Esta edição veio ocupar um lugar vago no campo bibliográfico destes documentos, onde já existia a edição paradiplomática de Luiz Fagundes Duarte (Duarte 1986), cujas «intervensões [se] limitaram (-se) [...] à transliteração dos grafemas manuscritos dos documentos nos caracteres tipográficos modernos que lhes correspondem [...] e ao desenvolvimento das abreviaturas» (1986, 46), a qual configura uma edição de tipo 3.

3. Os textos modernos

Na edição de textos modernos, a tarefa do filólogo mantém-se, na sua essência, a mesma: trazer o texto para um outro tempo e para um outro espaço, mas as questões colocadas por esta tarefa são diferentes, na medida em que o fosso entre o sistema semiológico do original e o da edição diminui na proporção inversa do avanço no tempo. Lembrando, como acima se disse, que o editor traz para um outro tempo e um outro espaço três realidades diferentes: o produto cultural de uma época, o produto de um sistema de escrita e, indirectamente, o produto de um sistema linguístico, o que se observa nos textos ditos modernos, dos períodos clássico e moderno da língua, isto é, do séc. XVI em diante, é que, de facto, no que respeita ao enquadramento cultural e ao sistema linguístico, o fosso entre o texto e a edição diminui. No que respeita ao sistema de escrita, porém, a ortografia moderna, se, por um lado, anula a diferença de sistemas, passando estes a coincidir, por outro, introduz uma distância cada vez maior entre a escrita e a oralidade, o que pode, em nosso entender, justificar, por parte do editor moderno, uma maior intervenção no domínio da ortografia, cujas características, se é verdade que continuam a ser importantes para a história dos sistemas de escrita, deixam, muitas vezes, de ter pertinência linguística, podendo ser modernizadas e/ou regularizadas sem prejuízo da manutenção dos traços linguísticos do texto. Veja-se, por exemplo, em textos do séc. XVII, a grafia ‘hũa’, que alterna com ‘huma’ nos *Sermões* de Padre António Vieira, onde, por um lado, a alternância no mesmo texto revela duas grafias possíveis para uma mesma realidade fónica, já com a consoante nasal desenvolvida, e, por outro, o ‘h’, que, neste caso, nem mesmo é etimológico, se revela um mero hábito gráfico, sem qualquer correspondência linguística.

Nestes casos, defendemos que é possível uma maior intervenção do editor no sentido de auxiliar a leitura e a clareza do texto sempre que tal não interfira com a manutenção de características linguísticas, uma vez que, para os estudos sobre os sistemas de escrita, o investigador tem, nas modernas edições digitais, a imagem do manuscrito ou da edição original, que permite visualizar directamente as característi-

cas do suporte, a preparação de página, as marcas dos instrumentos de escrita, as decorações, os hábitos ortográficos, etc., subsistindo, também, naturalmente, a possibilidade de optar por uma edição paleográfica, caso o objectivo e público-alvo da edição o justifique.

Assim, em geral, para os textos modernos, é possível, sem deixar de cumprir o princípio do respeito pelo texto, basilar em qualquer edição, optar por uma maior intervenção editorial, cujos benefícios para o leitor ultrapassam, nestes textos, regra geral, as eventuais desvantagens. Nos textos mais antigos, pode ser legítima alguma intervenção editorial no sentido de auxiliar a leitura e a clareza quando, graças ao modo imagem das edições digitais, é possível confrontar directamente o original, para estudos específicos sobre práticas de escrita ou para estudos linguísticos de natureza fonético-fonológica, ou quando já existem no campo bibliográfico do texto edições mais conservadoras.

Diferentes textos, de diferentes épocas, justificam, pois, regra geral, diferentes tipos de edição, desejavelmente tanto mais conservadoras quanto mais antigo é o texto. Por outro lado, mesmo na mesma época e até no mesmo autor, podem justificar-se também opções diferentes em matéria de edição, em função das diferentes características do texto. Veja-se, a título de exemplo, a obra de um dos expoentes máximos da língua portuguesa seiscentista, o Padre António Vieira, nomeadamente a diferente intervenção editorial, no caso da pontuação, nas edições críticas dos *Sermões*¹ e da *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício*².

No caso dos *Sermões*, «O Padre Vieira usa um sistema de pontuação que corresponde ao débito oral do texto, ou seja, à sua configuração oratória pela *actio* retórica. Apesar de o texto escrito [...] não corresponder exactamente às circunstâncias e aos objectivos do texto pronunciado, não deixa todavia de conservar uma das características fundamentais do género: o ritmo, com todo o jogo de pausas e de silêncios, o movimento fogoso da invectiva, ou a lentidão pausada da meditação e dos momentos solenes.» (Espírito Santo, Pimentel e Banza 2008, XIV).

A *Representação*, pelo contrário, ainda que seja obra do mesmo aparato, é completamente diversa dos *Sermões*: no género literário, que concilia a apologia com o tratado teológico e exegético; no estilo, mais sóbrio; no público, mais restrito e muito particular: os Inquisidores, e, neste caso, o imperativo da legibilidade pode sobrepor-se, face à dificuldade do texto e às diferentes intenções autorais, à manutenção escrupulosa da pontuação seguida para os *Sermões*.

Assim, nos *Sermões*, é o facto de se tratar de textos originalmente destinados à oralidade que torna relevante a manutenção tão escrupulosa quanto possível da pontuação, que preserva, ainda que palidamente, a memória do ritmo vivo do texto pregado no púlpito. Na verdade, o próprio autor demonstra plena consciência da impossibilidade objectiva de recriação no processo de escrita-leitura do processo de

¹ Espírito Santo, Arnaldo, Pimentel, Cristina e Banza, Ana Paula (2008) e (2010).

² Banza, Ana Paula (2008).

expressão-compreensão do oral ao escrever no prólogo dos *Sermões* que os textos que por obrigação passava à escrita, ainda que ressuscitados, porque mortos depois de ditos, não mais voltariam à vida, continuando a ser cadáveres. Ainda assim, justifica-se plenamente, neste caso, que qualquer adaptação fique restrita ao estritamente necessário, nomeadamente em casos em que a leitura moderna pode alterar ou impedir a compreensão. Veja-se, a título de exemplo, um excerto do sermão da Sexagésima, onde a comparação do exemplar A da ‘editio princeps’, usado como ‘copy-text’, com a transcrição dos editores revela a manutenção da pontuação do autor em dois casos, assinalados a vermelho, em que ela não coincide com o uso actual e é mesmo proibida pelas actuais regras de pontuação, nomeadamente: uso de vírgula entre o sujeito e o predicado e uso de vírgula antes de conjunção copulativa:

fecundidade, & abundancia, que se colhe cento por hum: *Et fructum fecit centuplum.*

Este grande fruttificar da palavra de Deos, he o em que reparo hoje: & he hũa duuida, ou admiração, que me traz suspenso, & confuso depocs que subo ao pulpito. Se a palavra de Deos he tam efficaz, & tam poderofa; como vemos tam pouco

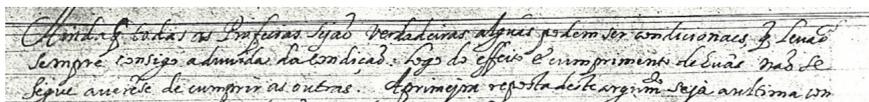
eneytos da pregaçao da palavra de Deos. Tãtos peccadores conuertidos, tanta mudançã de vida, tanta reformaçã de costumes: os grandes desprezando as riquezas, & vaidades do mundo: os Reys renunciando os cetros, & as coroas: as mocidades, & as gentilezas mettendose pelos desertos, & pelas couas; & hoje? nada difto. Nunca na

Este grande fruttificar da palavra de Deus, é o em que reparo hoje: e é ùa dúvida, ou admiração, que me traz suspenso, e confuso depois que subo ao pùlpito.

(*Sermões* 1679: 15 / Espírito Santo et alii 2008, 28)

Na *Representação*, por outro lado, a aridez e a dificuldade do texto aliadas ao facto de que, salvo em casos excepcionais, como o dos *Sermões*, a função primária da pontuação é auxiliar a leitura e a clareza do discurso escrito, autorizam uma maior adaptação à pontuação moderna, ainda que mantendo «...sempre que possível, os lugares de pontuação marcados pelo autor, adaptando apenas, quando tal é necessário à inteligibilidade do texto, o sinal utilizado pelo autor ao sinal moderno (ex: : > ,).» (Banza 2008, XCIX). Veja-se, a título de exemplo, um passo da ‘Representação Primeira’ onde, além do desenvolvimento de abreviaturas, marcado a amarelo, a editora introduz e adapta a pontuação original do manuscrito, nomeadamente nos casos marcados a vermelho: separando por vírgula uma oração adverbial condicional, substituindo

dois pontos por ponto final antes de maiúscula e introduzindo vírgula a seguir à conjunção conclusiva que introduz a conclusão nos silogismos e argumentos:



Ainda **que** todas as Profecias sejam verdadeiras, algumas podem ser condicionais, **que** levam sempre consigo a dúvida da condição. Logo, do efeito e cumprimento de ãas não se segue haverem-se de cumprir as outras.

(A.N.T.T. Inquirição de Lisboa, proc. 01664, Rolos 1427-1427c,
Representação..., fl. 183v/Banza 2008, I, 175)

Assim, embora o princípio do respeito pelo texto seja, de facto, inalienável e transversal a todos os tipos de edição, ele não significa necessariamente ausência de intervenção editorial ou mesmo que o ideal seja, em todos os casos, a mínima intervenção possível, mas antes uma intervenção sempre justificada e adaptada caso a caso em função da especificidade de cada obra, o que, para os textos modernos, permite considerar sempre dois tipos possíveis de edição: paleográfica e interpretativa (modernizadora), correspondentes, ‘grosso modo’, aos tipos 3 e 4 propostos por Emiliano para a edição de textos medievais, sendo sempre determinante para a escolha do tipo de edição, por um lado, a observação do campo bibliográfico do texto e, por outro, as características de cada texto e os objectivos da edição.

A actividade filológica do editor está, pois, longe de ser mecânica ou substituível pelas novas tecnologias, cujos benefícios para a actividade editorial, embora consideráveis, não podem substituir o juízo informado do editor, que necessariamente envolve, na nova como na antiga Filologia, um profundo conhecimento da obra, da época e do autor e um trabalho interdisciplinar, sem os quais a actividade filológica da edição ficaria inevitavelmente comprometida.

Universidade de Évora / CIDEHUS / FCT

Ana Paula BANZA

Referências bibliográficas

- Azevedo Filho, Leodegário A. de, 1998. *Ensaio de lingüística, filologia e ecdótica*, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Língua e Literatura / UERJ.
- Banza, Ana Paula, 1992. *A Linguagem dos Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III*, dissertação policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com vista à obtenção do grau de Mestre em Linguística Portuguesa Histórica, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Banza, Ana Paula, 2008. *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício*, 2 vols, de Padre António Vieira, edição crítica e estudo filológico, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Banza, Ana Paula, 2013. «As edições digitais e o futuro da Filologia», comunicação apresentada ao *Congreso Internacional La Lengua Portuguesa*, Universidade de Salamanca, Maio de 2013.
- Bédier, Joseph, 1928. *La tradition manuscrite du Lai de l'Ombre. Réflexions sur l'art d'éditer les anciens texts*, Paris, Champion.
- Borges, Rosa et alii, 2012. *Edição de Texto e Crítica Filológica*, Lisboa, Quarteto.
- Cambraia, César Nardelli, 2005. *Introdução à crítica textual*, São Paulo, Martins Fontes.
- Castro, Ivo, 1997. «Filologia», *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Verbo.
- Cintra, Luís Filipe Lindley, 1951-1961. *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- Contini, Gianfranco, 1986. *Breviario di Ecdotica*, Milán-Nápoles, Ricciardi.
- Duarte, Luiz Fagundes, 1986. *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*, dissertação policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com vista à obtenção do grau de Mestre em Linguística Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Duarte, Luiz Fagundes, 1993. *A fábrica dos textos: ensaios de crítica textual acerca de Eça de Queiroz*, Lisboa, Cosmos.
- Duarte, Luiz Fagundes, 1997. *Crítica textual*, relatório apresentado a provas para a obtenção do título de Agregado em Estudos Portugueses, disciplina de Crítica Textual, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa
- Emiliano, António, 2002. «Critérios e normas e transcrição e transliteração de textos medievais – V. 1.0.», disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/philologia/Normas1.0.pdf>.
- Espírito Santo, Arnaldo / Pimentel, Maria Cristina / Banza, Ana Paula, 2008. *Sermões I*, de Padre António Vieira, edição crítica, Lisboa, CEFi - Centro de Estudos de Filosofia / Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Espírito Santo, Arnaldo / Pimentel, Maria Cristina / Banza, Ana Paula, 2010. *Sermões II*, de Padre António Vieira, edição crítica, Lisboa, CEFi - Centro de Estudos de Filosofia / Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Ferreira, José de Azevedo, 1987. *Afonso X – Foro Real*, 2 vols., Lisboa, INIC.
- Grésillon, Almut, 1994. *Éléments de critique génétique. Lire les manuscrits*, Paris, PUF-CNRS.
- Lavagnino, John, 1995. «Reading, Scholarship, and Hypertext Editions», *TEXT: Transactions of the Society for Textual Scholarship* 8, 109-124.
- Maas, Paul, 1984. *Critica del Testo*, trad. de Nello Martinelli, Firenze, Felice le Monnier.
- Pons Rodríguez, Lola (ed.) (2006). *Historia de la Lengua y Crítica Textual*, Madrid, Iberoamericana.
- Spaggiari, Barbara / Perugi, Maurizio, 2004. *Fundamentos da Crítica Textual (História, metodologia, exercícios)*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- Spina, Segismundo, 1977. *Introdução à Edótica*, São Paulo, Editora Cultrix.
- Teixeira, Maria da Conceição Reis, 2011. «O trabalho da Filologia textual: descortinando alguns aspectos do movimento abolicionista na Bahia», *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, CiFEFiL, XV, nº5, t. 1, 846-853.
- Timpanaro, Sebastiano, 1985. *La genesi del metodo del Lachmann*, Padua, Liviana.
- Vieira, Padre António, 1679-1748. *Sermoens do Padre Antonio Vieira da Companhia de Iesu* (Editio Princeps), Lisboa.

Vieira, Padre António, 1666. *Representação dos motivos que tive para me parecerem provaveis as Proposições de que se trata* (ms.), A.N.T.T. Inquisição de Lisboa, Proc.01664, Rolos 1427-1427C.

West, Martin L., 2002 [1973]. *Crítica Textual e Técnica Editorial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

